

Viagem longa demais

PHC
Viagem

Num mundo em que vão desaparecendo as fronteiras econômicas, cada vez mais interdependente politicamente, para um país com os compromissos, os interesses e as aspirações internacionais que o Brasil tem, qualquer visita oficial do presidente da República a outros países tem uma grande importância e pode abrir excelentes perspectivas de negócios. Ainda mais quando, como no caso desta viagem que o presidente Fernando Henrique Cardoso está iniciando hoje, os alvos visados são o maior parceiro comercial brasileiro — a União Européia — e um dos maiores investidores na economia nacional — a Alemanha.

Apesar de toda essa relevância, porém, este não é um bom momento para o presidente ausentar-se do País durante tanto tempo — serão nove dias ao todo. O governo está vivendo uma fase política delicada, com dissensões em sua base de apoio, com o Congresso sem o mesmo ritmo de trabalho do primeiro semestre e tendo voltado ao velho vício fisiológico de cobrar por tudo que vota, e não há ninguém que possa aparar essas arestas e fazer andar os projetos de interesse governamental, a não ser o próprio presidente Fernando Henrique.

Por culpa dele mesmo, que sempre se recusou a nomear um coordenador político, que sempre esteve à frente de todas as negociações do governo, que tem ministros, líderes partidários e até o vice Marco Maciel apenas como “assessores”, criou-se essa situação anômala em que a política brasileira, no que é relevante para o próprio governo, pára quando o presidente está fora. E mais nove dias perdidos agora, depois que o Congresso ficou 40 dias quase parado após mais 30 de recesso legal, podem significar o adiamento da aprovação de algumas reformas vitais para o País para o próximo ano. No mínimo, é temerária essa longa ausência do presidente neste momento. Fernando Henrique poderia ter adiado essa viagem para um

momento mais oportuno, quando tivesse resolvido os problemas políticos que está enfrentando, ou, então, limitado a visita a dois ou três dias, cortando parte da agenda social que cumprirá.

Uma vez que isso não foi feito, vamos torcer para que a viagem tenha resultados econômicos que compensem seus inconvenientes políticos. E há boas perspectivas quanto a esse aspecto. Embora em seus contatos vá enfrentar cobranças sobre o procedimento brasileiro no comércio internacional — mais especificamente sobre a imposição de cotas para a importação de automóveis e sobre a decisão de tornar mais lenta a redução das tarifas de importação dos “produtos sensíveis” —, o presidente Fernando Henrique terá oportunidade de expor aos europeus a nova face do Brasil, desenhada a partir do Plano Real e de sua eleição para a Presidência. Os europeus tomarão contato com as novas oportunidades de investimento que se abrem no País, principalmente em áreas atraentes como as de energia e telecomunicações, beneficiadas pelas mudanças já aprovadas no capítulo da Ordem Econômica da Constituição de 1988.

O presidente brasileiro e as autoridades européias poderão também aprofundar as discussões já iniciadas, mas ainda em seus primeiros passos, sobre uma associação futura entre o Mercosul e a União Européia, de interesse de ambas as partes. A prioridade brasileira e de seus parceiros — Argentina, Paraguai e Uruguai — continua sendo a formação de um mercado comum de todos os 34 países americanos, no âmbito do Nafta, como os Estados Unidos já propuseram. Mas isso não é incompatível com uma aproximação com a União Européia. Outro aspecto a ressaltar ainda nesta viagem é o político, tendo em vista a aspiração do Brasil de tornar-se membro efetivo do Conselho de Segurança da ONU, uma decisão que poderá ser tomada na Assembléia Geral da Organização que começa na próxima semana em Nova York.